

ECO
188

ECO-188

**Empresas Públicas na promoção de bens públicos: O caso da
Electricidade de Moçambique (EDM)**

Cláudia Vanessa Pinto Alves

Março de 2008

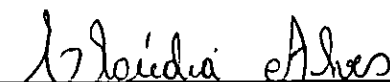
Dissertação submetida à Faculdade de Economia como requisito parcial para
a obtenção do grau de Licenciatura em Economia

**Faculdade de Economia
Universidade Eduardo Mondlane
Maputo, Moçambique**

Declaração

Declaro por minha honra, que o presente trabalho é de minha autoria e nunca foi usado para outros propósitos que não sejam para minha candidatura ao grau de licenciatura em Economia nesta faculdade.

A declarante



(Cláudia Vanessa Pinto alves)

Maputo, aos 20 de Março de 2008

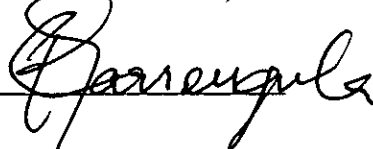
Aprovação do Júri

Este trabalho foi aprovado com 12 valores no dia 20 de MARÇO de 2008 por nós, membros do júri examinador da Universidade Eduardo Mondlane.

Maputo, aos 20 de Março de 2008



(O Presidente do Júri)



(O Arguente)



(O Supervisor)

Dedicatória

É com lágrimas nos olhos, que dedico este trabalho aos meus pais, Fernando Ferreira Alves e Sónia de Sousa Pinto, que me indicaram o caminho dos livros como o meio para o alcance de um lugar condigno na sociedade e que, tanto me apoiaram e encorajaram no decorrer deste percurso.

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a Deus Pai Todo-Poderoso por se fazer presente em todos os momentos da minha carreira estudantil, e a todos que directa ou indirectamente me tenham acompanhado, ajudado e contribuído para a concretização de mais um sonho.

Ao meu Supervisor, Dr. Armindo Carlos Nhabinde, pela orientação objectiva, dedicação, apoio e sua permanente disponibilidade, sem o qual a conclusão deste trabalho teria sido muito difícil. Obrigada.

À empresa Electricidade de Moçambique E.P., principalmente a Sra. Salomé de Sousa Pinto, o Engenheiro Sílvio Romeu Nurmahomed e ao Sr. Pedro Jossias Nguelema, pelo apoio durante a pesquisa do trabalho.

O meu muito obrigado vai também aos docentes e ao corpo técnico administrativo da faculdade de Economia, pela orientação durante estes anos.

Não deixaria de agradecer a toda minha família pelo apoio prestado, especialmente aos meus pais, aos meus irmãos Rui, Dione e Fernando, as minhas primas Nádia e Neila e aos meus avós Anselmo de Sousa Pinto e Anastácia Baltazar da Costa Pinto, que de muito tiveram de prescindir para que este “projecto” se tornasse realidade. O que fizeram por mim não tem preço.

Ao meu marido Ângelo Miguel Chin Dista, que com muito amor, paciência, carinho e dedicação soube como me apoiar e encorajar no decorrer desta trajectória.

E por último, mas não menos importante, o meu obrigado aos meus colegas de ano, que foram também de grande importância, em especial à Maria Albertina Chambe, Euridice Rebêlo, Acissa Carimo, Ângela Rodrigues, Ercília Nhampossa e Odília Massangaie.

ÍNDICE

Declaração.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Índice.....	iv
Lista de Acrónimos.....	vi
Lista de Gráficos, Tabelas e Mapas.....	vii
Resumo.....	viii
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Objectivos.....	2
1.1.1 Objectivo geral.....	2
1.1.2 Objectivos Específicos.....	3
1.2 Metodologia.....	3
CAPÍTULO II – REVISÃO DE LITERATURA.....	4
2.1 Visão sócio económica de Moçambique.....	4
2.2 Definições.....	8
2.2.1 Sector Público e Empresas Públicas.....	8
2.3 Comparação do nível de consumo de energia eléctrica e o nível de desenvolvimento entre os países.....	10
2.4 A Intervenção do Estado.....	12
CAPÍTULO III – O CASO DA ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE, EMPRESA PÚBLICA (EDM E.P.).....	14
3.1 O que é a EDM E.P.....	14
3.2 Planos do Governo com relação a Electricidade em Moçambique.....	21
3.3 A Gestão da EDM E.P.....	24

3.4 Zonas em Moçambique com energia eléctrica.....	28
3.4.1 Projectos em curso para a electrificação das sedes distritais.....	28
3.5 Política de preços seguida pela EDM E.P.....	30
CAPÍTULO IV – ANÁLISE DO <i>TRADE OFF</i> ENTRE A EFICIÊNCIA E A EQUIDADE.....	36
4.1 Análise do ponto de vista da empresa.....	36
4.2 Análise do ponto de vista do consumidor.....	38
CAPÍTULO V – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	40
5.1 Conclusões.....	40
5.2 Recomendações.....	41
BIBLIOGRAFIA.....	43
ANEXOS.....	46
Anexo 1.....	46
Anexo 2.....	48

Lista de Acrónimos

EDM E.P.- Electricidade de Moçambique, Empresa Pública.

PRE - Programa de Reabilitação Económica

PRES - Programa de Reabilitação Económica e Social

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

RSA – República da África do Sul

HCB – Hidroeléctrica de Cahora Bassa

GCBT – Grandes Consumidores de Baixa Tendão

MT – Média Tensão

AT – Alta Tensão

Kwh – Kilowatt – hora

Mwh – Megawatt – hora

Gwh – Gigawatt - hora

Lista de Gráficos, Tabelas e Mapas

Gráfico 1: Evolução da Energia Exportada de 2003 á 2006.....	18
Gráfico 2: Energia Facturada pela EDM nos últimos 17 anos.....	19
Gráfico 3: Evolução do acesso á energia eléctrica.....	27
Tabela 1: Número de clientes por tarifa – 2004.....	16
Tabela 2: Número de clientes por província.....	17
Tabela 3: Energia exportada de 2003 á 2006.....	18
Tabela 4: Evolução de energia da EDM nos últimos 17 anos.....	20
Tabela 5: Evolução do acesso á eléctrica de 2001á 2006.....	27
Tabela 6: Tarifa doméstica e geral (baixa tensão) em 2003.....	31
Tabela 7: Tarifa social, doméstica, agrícola e geral (baixa tensão) em 2004.....	32
Tabela 8: Grandes consumidores de baixa, média e alta tensão em 2004.....	32
Tabela 9: Tarifas para o sistema pré-pago em 2003.....	33
Tabela 10: Tarifa social, doméstica, agrícola e geral (baixa tensão) em 2006.....	34
Tabela 11: Grandes consumidores de baixa, média e alta tensão em 2006.....	35
Mapa 1: Comparação do nível de consumo de energia eléctrica entre o continente europeu e africano.....	10
Mapa 2 : Comparação do nível de consumo de energia eléctrica entre Moçambique e a África do Sul.....	12
Mapa 3: Projectos de Electrificação das sedes distritais.....	29

RESUMO

O presente estudo faz uma análise o papel do Estado na gestão das empresas públicas para que se reduzam as desigualdades sociais, de modo a assegurar o bem estar, tomando com base a Electricidade de Moçambique. Para além desta análise, é feita a análise do impacto que advém do facto da gestão das empresas públicas serem regulamentadas pelo Estado e no uso eficiente dos recursos por parte da empresa.

O trabalho foi feito com base em pesquisa bibliográfica, na Internet e entrevistas.

Com base nesta análise, concluiu-se que: existem dificuldades de abastecimento de energia eléctrica, principalmente às comunidades afastadas, pois o tamanho das propriedades e a baixa renda familiar contribuem para que seja técnico e economicamente inviável disponibilizar electricidade por meio da extensão da rede eléctrica uma vez que o custo da geração de energia eléctrica para o sector rural, através de métodos convencionais é elevado, pois, o transporte e a distribuição acabam se tornando mais dispendiosos do que a própria geração. Contudo o Estado, tem cumprido o seu papel na promoção de energia eléctrica, visto que junto com a EDM E.P., tem buscado fontes alternativas de energia para as zonas rurais e assim verificar-se um aumento do número de pessoas com acesso a energia eléctrica (o acesso a energia eléctrica passou de 4.9% da população em 2001 para 8.2% em 2006).

Depois de tiradas estas ilações, recomenda-se que: a EDM E.P. deve continuar a ser maioritariamente controlada pelo Governo e este e a EDM E.P., poderiam em conjunto criar políticas viáveis para a electrificação do país. Um exemplo é a utilização de recursos energéticos renováveis (no fornecimento de energia eléctrica), que oferecem o uso da mão de obra local, não degradam o meio ambiente e facilitam a produção económica útil em pequena escala.

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

Um dos requisitos para o desenvolvimento auto-sustentável e humano de um país é o desenvolvimento das suas regiões rurais, sobretudo a melhoria da qualidade de vida dos habitantes. O subdesenvolvimento dessas regiões tem como uma das causas a falta de energia eléctrica, que basicamente pode atender as necessidade básicas domésticas ou comunitárias incluindo a iluminação, educação, lazer, saúde, água potável e comunicação como também as necessidades produtivas derivadas de operações agro-industriais.

Portanto, a energia eléctrica é um dos aspectos chave para o desenvolvimento, ela é a luz para uma formação e aprendizagem alargada, para melhor funcionamento do hospitais, etc. É no processamento e armazenamento dos produtos que a disponibilidade de energia fiável pode acrescentar mais valor à produção agrícola e melhorar o funcionamento de outros sectores.

Em Moçambique, o Estado tem sido accionista maioritário de empresas que oferecem bens e serviços essenciais a sociedade como sendo a Electricidade de Moçambique, Águas de Moçambique dentre outras, pois quanto mais abrangente for a cobertura destes serviços melhor é o benefício para a sociedade.

Estas empresas são consideradas empresas públicas, pois são criadas pelo Estado com capitais próprios ou fornecidos por outras entidades públicas que realizam as suas actividades no quadro dos objectivos sócio-económicos do Estado. O objectivo destas empresas não é unicamente o de fornecer bens e serviços públicos pois pretendem, com o seu trabalho, obter uma taxa interna de retorno superior a zero, ou seja, os accionistas esperam obter lucros. Assim sendo, pode-se dizer que as empresas públicas não foram criadas unicamente para responder aos interesses do Estado, no entanto é a partir delas que o Estado tenta alcançar os seus objectivos.

Assim, dada a importância da energia para o desenvolvimento de um país, o presente estudo visa analisar a maneira como as *Empresas Públicas Promovem Bens Públicos em*

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

Moçambique tendo em vista o Bem Estar, dando um exemplo concreto da Electricidade de Moçambique.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo faz a introdução, apresenta os objectivos do trabalho, a metodologia, e por último a relevância do estudo.

O segundo capítulo é dedicado à revisão de literatura onde se dá uma visão breve sócio económico de Moçambique. Posteriormente são dadas algumas definições sobre o sector público e empresa pública e é abordada a intervenção do Estado nas empresas públicas.

O terceiro capítulo ilustra um exemplo de uma empresa pública Moçambicana, a Electricidade de Moçambique, Empresa Pública (EDM E.P.), onde são apresentados os planos do Governo com relação a mesma para o quinquénio 2005 – 2009, caracteriza-se a Gestão da empresa, são apresentadas as zonas com energia eléctrica em Moçambique e a política de preços que esta empresa segue.

O quarto capítulo é dedicado à análise onde se aborda o *trade off* entre a eficiência e equidade do ponto de vista da empresa e do consumidor.

No quinto e último capítulo, são feitas as análises conclusivas, elaboradas algumas recomendações, e finalmente apresenta-se a bibliografia e os anexos.

1.1 Objectivos:

A pesquisa apresenta como objectivos:

1.1.1 Objectivo Geral:

O trabalho tem como objectivo geral, analisar o papel do Estado na gestão das empresas públicas para que se reduzam as desigualdades sociais, de modo a assegurar o bem estar, tomando com base a Electricidade de Moçambique.

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

1.1.2 Objectivos Específicos:

- Analisar o impacto que advém do facto da gestão das empresas públicas ser regulamentada pelo Estado (no que concerne a fixação de tarifas a serem cobradas), no uso eficiente dos recursos por parte da empresa.
- Analisar a eficiência da Electricidade de Moçambique E.P., visto que o objectivo último de qualquer empresa é a minimização dos custos.

1.2 Metodologia

Para a realização do trabalho recorreu-se à pesquisa bibliográfica e documental. Esta consistiu na consulta de algumas obras, revistas e artigos científicos extraídos de alguns *sites* da Internet. A pesquisa tinha como objectivo o enriquecimento do conhecimento sobre o funcionamento das empresas públicas, no caso particular da Electricidade de Moçambique, para a formulação da parte teórica do trabalho e posteriormente, a ajuda na análise feita no trabalho.

Os dados usados no estudo foram colectados de 4 fontes principais: Relatórios Anuais da Electricidade de Moçambique E.P., entrevistas, endereço electrónico do Instituto Nacional de Estatística e ainda do endereço electrónico da EDM E.P..

O tema é interessante, pois em países em vias de desenvolvimento como Moçambique e com um grande nível de desigualdade entre a população, a intervenção do Estado na economia em certas áreas torna-se presente e importante.

CAPÍTULO II – REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Visão sócio económica de Moçambique.

Há cerca de 32 anos iniciou-se em Moçambique a emancipação da nação, baseando-se na construção de uma base sócio económica diferente e melhor, que beneficiasse a todo o povo e permitisse aproveitar racional e plenamente os recursos nacionais.

Após a independência, Moçambique herdou do regime colonial o seu património que foi nacionalizado pelo Estado. As empresas eram nessa altura constituídas por equipamentos das mais variadas origens, a maioria em estado precário, sem aprovisionamento de peças sobressalentes necessárias e adequadas. Ao mesmo tempo, a competência e capacidade profissional eram limitadas e os poucos técnicos qualificados existentes começaram a abandonar o país.

Face a esta situação, várias empresas tiveram de tomar acções imediatas que visaram: a reposição do aprovisionamento adequado; procura e recrutamento interno e externo de técnicos qualificados; a promoção de formação profissional com apoio externo; a mobilização de apoios externos no sentido de obtenção de apoio técnico e financeiro.

Durante o período em que prevalecia o sistema de economia centralizada, Moçambique viveu períodos de crises que levaram o governo a criar o Programa de Reabilitação Económica (PRE) que mais tarde se transformou em Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES), que visava a reestruturação do país a vários níveis.

Com o PRES, o país passa de uma economia centralizada para uma economia de mercado em que uma das características desta foi a privatização de várias empresas e instituições estatais e a passagem de algumas empresas estatais para empresas públicas como foi o caso da Electricidade de Moçambique.

Esta viragem da economia trouxe para o país desvantagens (o desemprego no processo das privatizações é um dos exemplos). Trouxe também vantagens pois a concorrência entre as

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

empresas aumentou, aumentando a eficiência das mesmas o que aumenta o salário dos trabalhadores, elevando assim o nível de vida dos mesmos, pois segundo o Plano Económico e Social para 2007, a incidência da pobreza em Moçambique reduziu de 70% em 1997 para 54% em 2003, e a média de crescimento económico de 1996 à 2006 foi de 8%, facto que se tem verificado na realidade ainda que exista muito por se fazer, para que estes ganhos sejam visíveis na vida das pessoas.

Como se pode ver pelo parágrafo anterior, os programas de desenvolvimento foram mudando de modo a responder as alterações que o país foi sofrendo. Apesar de se ter notado um crescimento e até desenvolvimento económico, há ainda muito por se fazer para alcançar os grandes objectivos económicos e sociais traçados. Algumas razões que podem estar por detrás deste fracasso foram e continuam sendo: as calamidades naturais, a deterioração dos termos de troca internacionais, políticas inadequadas implementadas no país¹, um sector privado ainda muito pequeno, burocracia, problemas na administração pública como a corrupção pois segundo o secretário geral da Comissão das Contas Públicas dos Parlamentos da SADC John Momose Cheyo (2007), a corrupção é praticada pelos funcionários públicos a todos os níveis².

Analisando a economia de Moçambique, pode-se dizer que esta é fortemente influenciada por factores estruturais que determinam o seu potencial, o nível de rendimento e a sua distribuição, a capacidade de ajustamento, flexibilidade e eficiência. De entre vários outros factores podem-se destacar os seguintes:

Padrão de acumulação de capital – a acumulação de capital nos diferentes sectores como sendo a agricultura, indústria e comércio, e o sistema financeiro dependem sobremaneira do sector agrícola. No entanto o campesinato produz alimentos ou fornece a sua força de trabalho a um preço abaixo do seu custo social. De acordo com o Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano (2006), cerca de 70% da população moçambicana é camponesa e dentro desta, a maior parte não consegue satisfazer as suas necessidades de consumo, poupança e acumulação somente através do seu trabalho e da comercialização dos seus

¹ Mazula, Brazão at all. 1995 *Eleições, Democracia e Desenvolvimento*, Maputo, pp 54

² *Jornal Correio da manhã* de 29/05/07, pp 1

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

excedentes. Mesmo assim a população continua a produzir, visto que esta produção é utilizada para a satisfação das suas necessidades básicas (alimentação).

Esta situação tem um impacto no desenvolvimento nacional e consequentemente na situação económica e social de cada moçambicano, pois não estimula o progresso técnico e tecnológico porque o sector capitalista tem a sua disposição uma força de trabalho assalariada barata e o campesinato não acumula o suficiente para investir em novas formas, métodos e técnicas de produção.

Debilidade das relações sectoriais – as ligações inter e intra sectoriais são fracas. Existem no país sectores que funcionam como ilhas ou seja afastados dos restantes sectores e com uma forte dependência do exterior. Pode-se citar a título de exemplo o sector de transportes ferro-portuários que é fortemente ligado aos países vizinhos, visto que as linhas férreas de Moçambique estão no sentido Este-Oeste (do litoral para o interior), saindo para os países vizinhos, e não no sentido Norte - Sul, se estas fossem neste sentido e se este sector estivesse ligado a agricultura por exemplo, facilitaria o escoamento de produtos para vários cantos do país.

Diferenciação social e regional – existe uma grande diferença social e regional principalmente no que diz respeito a distribuição do rendimento nacional, motivada pelo interesse dos capitais mais poderosos que operam em cada região do país.

As características acima citadas levam-nos a crer que Moçambique é um país com deficiências em que a desigualdade quer em termos económicos, quer em termos sociais e humanos entre a população é muito grande.

De acordo com o site www.vozdipovo-online.com/conteudos/idh2006, a pobreza medida pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) reduziu em Moçambique, apesar disso, Moçambique é o 168º país no grupo dos países com o IDH considerado baixo (inferior a 0,5), com 0,390. De salientar que a pobreza não é uniforme ao longo do País, ela aumenta de Sul para o Norte e as desigualdades em geral também aumentam na mesma ordem (de Sul para

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

Norte). Estas últimas, que são medidas pelo coeficiente de Gini³ passaram de 0,40 em 1997 para 0,396 em 2006, ou seja diminuíram.

Apesar do aumento das desigualdades em Moçambique de 1997 à 2003, o país é considerado um país com um baixo nível de desigualdade, abaixo por exemplo da Argentina que apresentou um coeficiente de Gini em 2006 de 0.552 e abaixo da China, que apresentou para o mesmo ano um coeficiente de Gini de 0.447 e encontrava-se ao nível da Itália e do Reino Unido onde o coeficiente de Gini foi de 0.360 para o ano de 2006 (www.gini_coeficient.htm).

Este facto mostra que o coeficiente de Gini apresenta algumas lacunas, este é calculado tendo em conta o rendimento dos indivíduos, e em Moçambique as pessoas que possuem algum rendimento mensal são muito poucas, visto que (como se viu atrás) cerca de 70% da população moçambicana vive da agricultura e esta é basicamente de subsistência, e existe ainda muita gente no sector informal, daí que o número que se usa para o cálculo do coeficiente de Gini é um número viciado que não reflecte a realidade do país. Um facto a confirmar esta situação é o que o relatório de desenvolvimento Humano do programa das Nações Unidas⁴ nos apresenta para o ano de 2006, segundo este relatório, Moçambique se encontra em 172º lugar no grupo dos países de desenvolvimento humano baixo.

É dentro de todo este processo que encontramos o Estado como interveniente na economia na tentativa de promover a igualdade e a justiça, de maneira a alcançar-se um bem estar social geral para toda a sociedade.

O Estado pode intervir e fazer variar a dimensão de cada um dos sectores da economia, porém não pode eliminar nenhum deles, o que quer dizer que seja qual for o modelo económico que se queira implementar, o Estado terá sempre de preservar a existência simultânea do sector público, do sector privado e do sector cooperativo e social. É neste contexto que podemos falar de empresas públicas na promoção de bens públicos, uma vez que é a partir das empresas públicas e não só que o Estado tenta alcançar a igualdade e a justiça social.

³ O coeficiente de GINI, mede a desigualdade na distribuição do rendimento. Ele varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de zero for o valor do GINI, menor é o nível de desigualdade nesse país e quanto mais próximo de 1, maior é o nível de desigualdade. (Gini_coeficient.htm)

⁴ www.macua.blogs.com/moçambiqueparatodos de 2007/11

2.2 Definições

2.2.1 Sector Público e Empresas Pública

Para melhor entender a importância do tema em estudo é necessário que primeiro se entenda alguns conceitos:

a) Finanças públicas

É considerada Finanças Públicas ao conjunto de órgãos do Estado e de outros entes públicos incumbidos de gerir meios económicos destinados a satisfazer certas necessidades sociais, ou seja, é a actividade através do qual o Estado ou outro ente público afecta bens económicos a satisfação de certas necessidade sociais utilizando determinados meios económicos por parte de entidades públicas ou através de bens e prestação de serviços. Para que esses fins sejam alcançados, o Estado usa *dinheiros públicos* que são fundos ou valores possuídos e/ou detidos por uma entidade pública destinados a suportar as actividades do sector público. Os dinheiros públicos são obtidos normalmente através da cobrança de impostos que são pagos pelas famílias e aplicados nas empresas públicas, o que faz com que se estabeleça uma forte ligação entre o Estado, as Empresas Públicas e as famílias.

b) Conceito de Empresa Pública

Após 25 de Junho de 1975, o Estado moçambicano viu-se de um momento para o outro proprietário de múltiplas unidades produtivas. Em certas áreas o Estado tornou-se o único operador económico, noutras tomou uma posição que lhe permitiu exercer um papel de direcção e controle da actividade económica. No entanto torna-se necessário fazer a distinção entre empresa pública e empresa estatal

São *empresas estatais* as criadas pelo Estado, com capitais próprios ou fornecidos por outras entidades públicas para a exploração de actividades de natureza económica ou social, de acordo com o planeamento económico nacional tendo em vista a construção e desenvolvimento de uma sociedade democrática e de uma economia socialista. Numa empresa estatal, o Estado detém cerca de 100% do capital e o seu objectivo é o de responder aos interesses do estado.

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

As *empresas públicas* também são as criadas pelo Estado com capitais próprios ou fornecidos por outras entidades públicas e que realizam as suas actividades no quadro dos objectivos sócio económicos do Estado (Decreto de Criação e estatutos da EDM -1995). Ao contrário das Empresas Estatais, numa *empresa pública* para além do Estado podem existir outros accionistas detendo maior ou menor número de acções que o Estado. O objectivo destas empresas não é unicamente o de oferecer bens e serviços públicos pois pretendem com o seu trabalho obter uma taxa interna de retorno superior a zero, ou seja, os accionistas esperam obter lucros. Assim sendo pode-se dizer que as empresas públicas não foram criadas unicamente para responder aos interesses do Estado, no entanto é a partir delas que o Estado tenta alcançar os seus objectivos.

b.1) Características das Empresas Públicas

As empresas públicas no geral apresentam certas características comuns como sendo:

1. O investimento das empresas públicas tem um tempo de vida longo,
2. Elas tendem a operar em condições de desequilíbrios, ou seja, as receitas são menores que as despesas,
3. A produção da empresa pública não é armazenável a níveis economicamente eficientes.

Contudo na realidade existem empresas públicas que fogem à pelo menos algumas destas características. O balanço e demonstrações de resultados da EDM E.P. (Electricidade de Moçambique - Empresa Pública) de 2006, mostram que os investimentos desta empresa são de longo prazo, ela não obteve empréstimos de curto prazo para o ano em análise⁵. (anexo 1)

Nesta empresa verificou-se a segunda característica, visto que ela operou com desequilíbrios pois a demonstração de resultados da empresa para os anos 2005/2006 apresentou um saldo negativo, sendo de (156.224.730) para 2005 e (70.182.689) o ano de 2006⁶. (anexo 1)

⁵ Fonte: EDM, UGDEI. *Relatório de Estatística - 2006*. Maputo, 2007.

⁶ Fonte: EDM, UGDEI. *Relatório de Estatística - 2006*. Maputo, 2007.

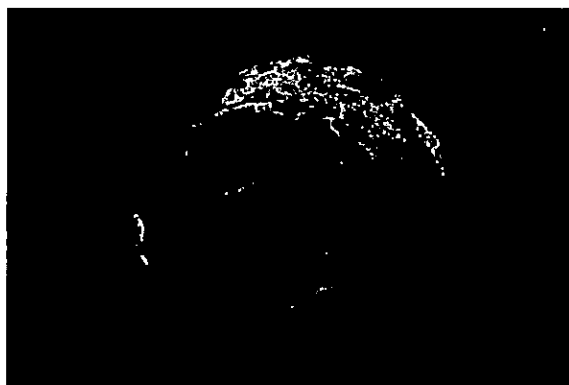
As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

A terceira característica verifica-se para esta empresa uma vez que a energia eléctrica não é armazenável.

2.3 Comparação do nível de consumo de energia eléctrica e o nível de desenvolvimento entre os países

A distribuição do uso de energia eléctrica no mundo é muito desigual, concentrando-se mais na América do Norte e na Europa Ocidental. Dados estatísticos evidenciam que existe uma interdependência entre as taxas de crescimento e o nível de desenvolvimento e o consumo de energia. Os mapas 1 e 2 que se encontram ilustrados abaixo possibilitam uma comparação entre o nível de consumo de energia eléctrica e de crescimento e desenvolvimento e a ligação entre estes, para o continente africano e europeu e Moçambique e a África do Sul.

Mapa 1: Comparação do nível de consumo de energia eléctrica entre o continente europeu e africano.



Fonte: http://Ujf.b/novo_site_permite_visao_nocturna_do_mundo

O continente africano tem uma área de 30.272.922 km², até o ano 2000 tinha uma população total de 783.700.000 habitantes dos quais 37% era urbana e 63% rural; o nível de analfabetismo no ano de 2000 era de 40.3%; apresentava um PIB Total de 517.104.000,00 USD em 1998, e um PIB per capita de 693,00 USD para o mesmo ano⁷. Segundo o site <http://www.oecd.org/dataoecd>, até o ano de 2000, o continente africano tinha a taxa de

⁷ <http://en.wikipedia.org>

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

electrificação mais baixa do mundo (somente 24,3% da população tinha acesso á electricidade) e até 2006, cerca de 1/3 da população mundial, não tinha acesso á energia eléctrica e metade desta estava localizada no continente africano.

O continente europeu por outro lado, tem uma área de 10.349.915 km², tinha no ano de 2000 cerca de 745.500.000 habitantes, dos quais 74% era população urbana e 26% era população rural; o nível de analfabetismo no ano 2000 era de 1.3%. Em 1998 o seu PIB Total era de 9.530.770.000,00 USD e o PIB per capita era de 12.813,00 USD⁸. O consumo de electricidade foi em 2000 de 2,435 bilhões de kwh e a maior parte dos locais possíveis para a construção de usinas hidroeléctricas já estava desenvolvida, e preve-se que consuma 3,183 bilhões de kwh em 2015 devido ao aumento da demanda; por essa razão está a crescer o uso de energia eólica⁹.

No caso particular de Moçambique pode-se constatar que, este país tem uma área de 799.380 km², com uma população em 2000 de 16.8 milhões de habitantes, tinha um PIB Total de 4.1 Bilhões USD e um PIB per capita de 242 USD e o nível de analfabetização era de 82.2% para o mesmo ano¹⁰. Em Moçambique cerca de 4.9% da população tinha acesso a energia eléctrica em 2001 e 8.2% em 2006 e consumia 378 kwh de energia em neste último ano¹¹.

A África do Sul tem uma área de 1.221.000 km², com uma população de 43.1 milhões de habitantes no ano 2000, tinha um PIB Total de 131.1 bilhões USD e um PIB per capita de 3.044 USD e a taxa de analfabetização era de 28% para o mesmo ano¹². A procura por energia eléctrica neste país vem aumentando de tal forma que Janeiro de 2008 atingiu 36,700 MW, facto que fez com que a ESKOM (companhia produtora e distribuidora de energia na África

⁸ <http://en.wikipedia.org>

⁹ <http://eoipotugues.blogspot.com/2006>

¹⁰ <http://www.mirex.gv.ao/sadc/economia.htm>

¹¹ <http://eoipotugues.blogspot.com/2006>

¹² <http://www.mirex.gv.ao/sadc/africadosul.htm>

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

do Sul) entrasse em negociações com Moçambique e com a República Democrática do Congo para a aquisição de energia eléctrica¹³.

Mapa 2 : Comparação do nível de consumo entre Moçambique e a África do Sul



Fonte: http://Ujf.b/novo_site_permite_visao_nocturna_do_mundo

Todos estes aspectos levam a conclusão de que, a falta de acesso de energia eléctrica por parte da maior parte da população no continente africano e em Moçambique, inibe o crescimento e desenvolvimento destes, pois o acesso a este serviço possibilita a melhoria de condições de vida das populações através do combate a fome (com uma agricultura industrializada), da promoção do ensino, melhoria das condições sanitária; possibilita ainda o desenvolvimento da actividade económica com a melhoria dos transportes e comunicações, com o aumento do tempo de trabalho, aumento do emprego; e possibilita uma intervenção pública mais eficaz através por exemplo de melhor divulgação da informação e racionalização dos gastos; entre outros aspectos.

2.4 A Intervenção do Estado

O governo não pode ignorar o comportamento das empresas públicas, pois o mau funcionamento destas pode trazer consequências para as finanças do Estado visto que muitas vezes o Estado vê-se obrigado a cobrir os défices destas empresas ou a financiar grande parte dos seus investimentos, pode gerar ou ainda influenciar o mau funcionamento da economia

¹³ <http://www.zabemzia.co.mz/content>

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

nacional principalmente pelo facto de tais empresas serem um importante instrumento de execução de políticas económicas do Estado

Todavia, verifica-se que o reconhecimento da autonomia as empresas é condição necessária a uma gestão eficiente e dinâmica das mesmas, gestão essa que consiste num equilíbrio financeiro com o máximo de eficiência e economicidade que assegurem a sua viabilidade económica.

Na tentativa de minimizar certos problemas neste tipo de empresa, o Estado concede subsídios. Se por um lado os subsídios podem ser favoráveis para as empresas, por outro, estes podem ser prejudiciais pois podem fomentar a ineficiência visto que a empresa acaba por deixar de lutar para tentar minimizar os custos. Assim sendo, deve-se fazer sentir uma preocupação em estabelecer uma relação entre a política de subsídios a ser concedida pelo Estado as empresas, e a existência de particulares imposições de ordem social e económica, afastando-se a possibilidade de cobertura dos défices económicos ocorridos internamente, prática indesejável que consiste em fazer com que as comunidades suportem com as consequências do mau funcionamento de certas empresas.

CAPÍTULO III – O CASO DA ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE E.P. (EDM E.P.)

3.1 O que é a EDM?

O Estado tem sido o accionista maioritário de empresas que oferecem bens e serviços essenciais a sociedade como sendo a EDM, as Águas de Moçambique dentre outras, pois quanto mais abrangente for a cobertura destes serviços melhor é o benefício para a sociedade.

Segundo o artigo 2 de Decreto de Criação e Estatutos: “A EDM é uma empresa pública, dotada de personalidade jurídica e com autonomia administrativa, financeira e patrimonial”. Apesar de ser uma empresa pública o Estado detém a maior parte das suas acções o que quer dizer que não existem outras entidades accionistas na EDM, assemelhando-se dessa forma a uma empresa estatal, em que o Estado tem todo o poder sobre a empresa.

A EDM é uma empresa de âmbito nacional com sede no Maputo e exerce a sua actividade sob tutela do Ministério de Energia. Ela tem por objecto principal prover o estabelecimento e a exploração por tempo indeterminado do serviço público de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica no território Moçambicano.

Até a altura da criação da EDM em 1977, Moçambique dispunha apenas de duas redes: a de Maputo alimentada por uma linha de transporte de 275 kV proveniente da RSA (República da África do Sul), e a outra na Beira alimentada por duas linhas paralelas de 110 kV partindo das centrais de Mavuzi e Chicamba. Existia também uma linha de transporte de 220 kV de HCB (Hidroeléctrica de Cahora Bassa) à Chibata.

O objectivo era de contribuir para o desenvolvimento económico do País, através da implantação de uma rede nacional de energia para impulsionar o estabelecimento de unidades agrícolas, industriais e mineiras, e aumentar a capacidade e eficiência dos sistemas ferroviários e portuários.

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

A EDM herdou um património constituído por equipamento das mais variadas origens, modelos e tipos, em estado precário, e salvo raras excepções, sem aprovisionamento de peças sobressalentes necessárias e adequadas. Ao mesmo tempo, a competência e capacidade profissional eram limitadas e os poucos técnicos qualificados existentes começaram a abandonar a Empresa.

A reposição do aprovisionamento adequado, a procura e recrutamento interno e externo de técnicos qualificados, a promoção de um maior número de acções de formação profissional, com apoio externo, a execução de acções de formação básica nas várias centrais, coordenadas pelo Serviço de Formação da EDM, e, a mobilização de apoios externos no sentido de obtenção de apoio técnico e financeiro em simultâneo, e tendo em conta a inflação pelos custos de combustíveis líquidos, a EDM começou a explorar outras possibilidades de produção de energia eléctrica na base dos recursos hídricos e térmicos existentes no País.

Neste âmbito, vários projectos foram criados visando a redução do uso do gasóleo e o estabelecimento de uma Rede Nacional de Transporte de Energia que permitisse maximizar o aproveitamento do potencial hídrico. A implementação destas aspirações foi severamente condicionada pela má situação sócio-política da altura.

A instabilidade sócio-política e económica não permitiu a realização dos programas para a expansão da rede eléctrica nacional. O equipamento da EDM estava exposto às acções de destruição resultantes do conflito armado, e a Empresa teve que concentrar a alocação dos seus escassos recursos na reparação e reposição das infra-estruturas por forma a garantir o fornecimento de energia eléctrica a todo custo, embora com baixo nível de fiabilidade.

Na altura, o Estado prosseguiu na sua política fiscal, dentre outros serviços públicos, a disponibilização de electricidade para todo o povo a custo, muito baixo. Esta prática prevaleceu anos, onde a produção e distribuição de energia eléctrica foi realizada a custos que não eram recuperados no preço final ao consumidor. Como parte das consequências da combinação de vários factores adversos, a qualidade da energia fornecida baixou. O princípio da gestão Empresarial baseada no lucro foi descurado a favor da intervenção centralizada na

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

determinação dos preços. A política tarifária não reflectia os custos do investimento e muito menos os de exploração da Empresa, sendo estes, nalguns casos, suportados em pequena porção pelo Orçamento Geral do Estado, doadores e financiadores externos.

Foi dentro do contexto de Reestruturação da Economia do País que, em 1995, a EDM foi transformada em Empresa Pública, através de Decreto 28/95 de 17 de Julho, herdando um encargo do serviço da dívida associado a investimentos realizados e em curso de difícil retorno do capital.

A "nova EDM" (EDM-E.P.), passou a orientar e desenvolver a sua actividade tendo sempre em conta a melhoria da qualidade dos serviços ao cliente e a eficiente utilização de energia.

Apesar de se terem verificado melhorias no que diz respeito a cobertura de energia pelo país (através da aquisição de geradores, criação de nova central de emergência da Beira, ampliação da central de Inhambane, Cuamba e Pequenos Libombos, etc.) somente cerca de 8.2%¹⁴ da população total moçambicana tinha até 2007, acesso a energia eléctrica, o que quer dizer que os serviços desta empresa abrangiam um número limitado da população, somente 1.683.519 tendo em conta que, Moçambique tinha até o ano em questão, 20.530.714 habitantes (www.ine.gov.mz).

Tabela 1: *Número de Clientes por tarifas – 2004*

Áreas	Tarifas doméstica	Tarifa geral	Tarifa agrícola	Total
Norte	38,570,00	5,523,00	0	44,413,00
Centro	55,996,00	8,952,00	0	65,801,00
Sul	156,387,00	16,317,00	71	173,536,00
Total	250,953,00	30,792,00	71	284,562,00

Fonte: Relatório de Estatística – 2004. EDM- UGDE

Pelos dados da tabela 1 acima indicada, a distribuição de energia eléctrica por região varia de norte para sul, sendo que o sul é a região que mais consome energia eléctrica. Este pode ser também considerado um índice para avaliar desigualdade entre as regiões. Pelo total pode-se

¹⁴ Segundo o Sr. Sivio Romeu Nurmahomed, funcionário do Gabinete de Planeamento da EDM em Tete

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

ver que somente 284.562 pessoas (registado pela EDM, sem contar com as empresas) tinham até 2004 acesso a energia eléctrica em todo país, e um total de 1.109.539,36 (tabela 2) agentes económicos (famílias, empresas, etc.) Este número era ainda considerado ínfimo se tivermos em conta a população total moçambicana em 2004 que era de cerca de 18.961.503¹⁵ de habitantes.

Tabela 2: *Número de clientes por Província*

Província	População (2004)	Acesso (2004)	
		Número total de clients	%
Cabo Delgado	1,584,584.00	25,353.34	1.60%
Niassa	972,391.00	28,199.34	2.90%
Nampula	3,588,348.00	118,415.48	3.30%
Zambezia	3,626,739.00	68,908.04	1.90%
Tete	1,472,728.00	48,600.24	3.30%
Manica	1,281,317.00	52,534.00	4.10%
Sofala	1,600,581.00	100,836.60	6.30%
Inhambane	1,350,372.00	37,810.42	2.80%
Gaza	1,277,307.00	88,134.183	3.90%
Maputo (Província e Cidade)	2,207,136.00	540,748.32	24.50%
Total	18,961,503.00	1,109,539.36	5.850%

Fonte: EDM, Unidade de Gestão de Desempenho Empresarial. *Relatório de Estatística - 2004*. Maputo, 2005.

Apesar de todos os problemas que a empresa vem enfrentando, a EDM mostrou ao longo dos últimos 17 anos, melhorias, no que diz respeito a obtenção cada vez em maior quantidade de energia eléctrica como se pode ver no gráfico 2 e na tabela 3. Este aumento está associado não

¹⁵ Instituto Nacional de Estatística

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

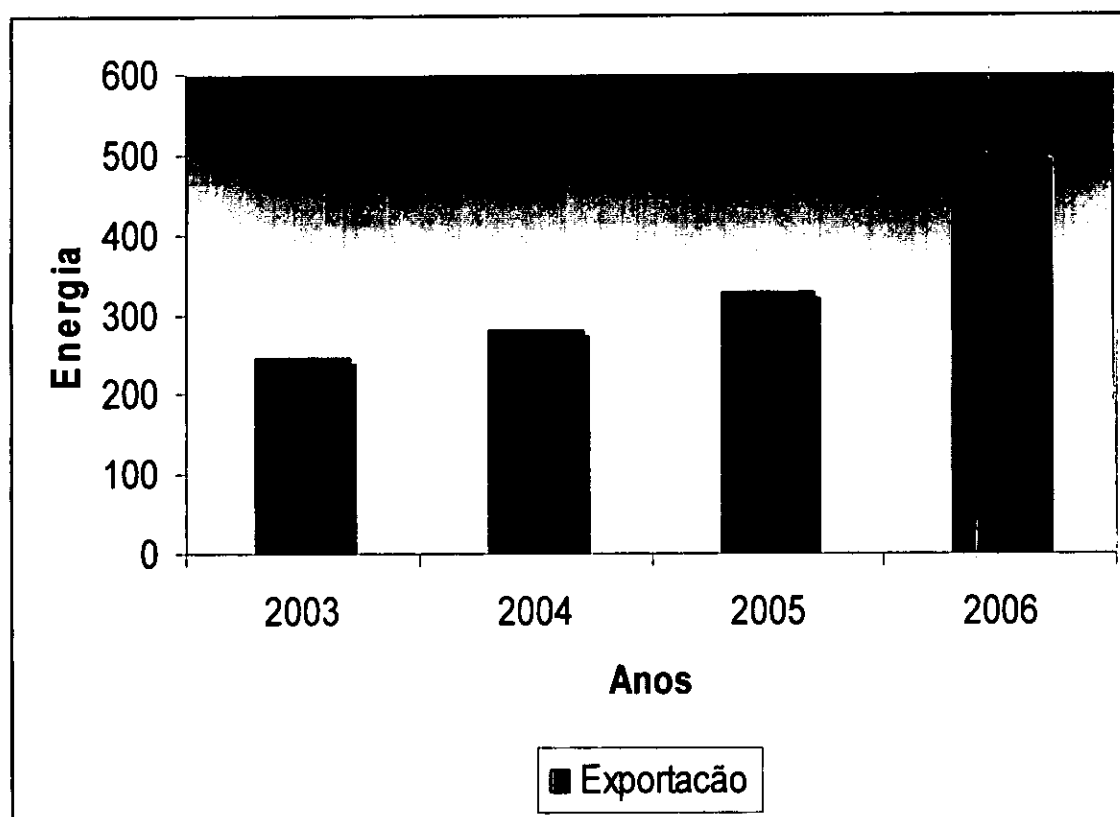
só a procura interna, mas também ao grande aumento da procura de energia no mercado regional; facto que fez com que as exportações aumentassem de 2003 para 2006 de 245.6 em 2003 para 498.3 em 2006. Veja-se por exemplo a tabela 3 e o gráfico 1.

Tabela 3: *Energia exportada de 2003 a 2006*

Anos	Exportação
2003	245.6
2004	278.5
2005	326.4
2006	498.3

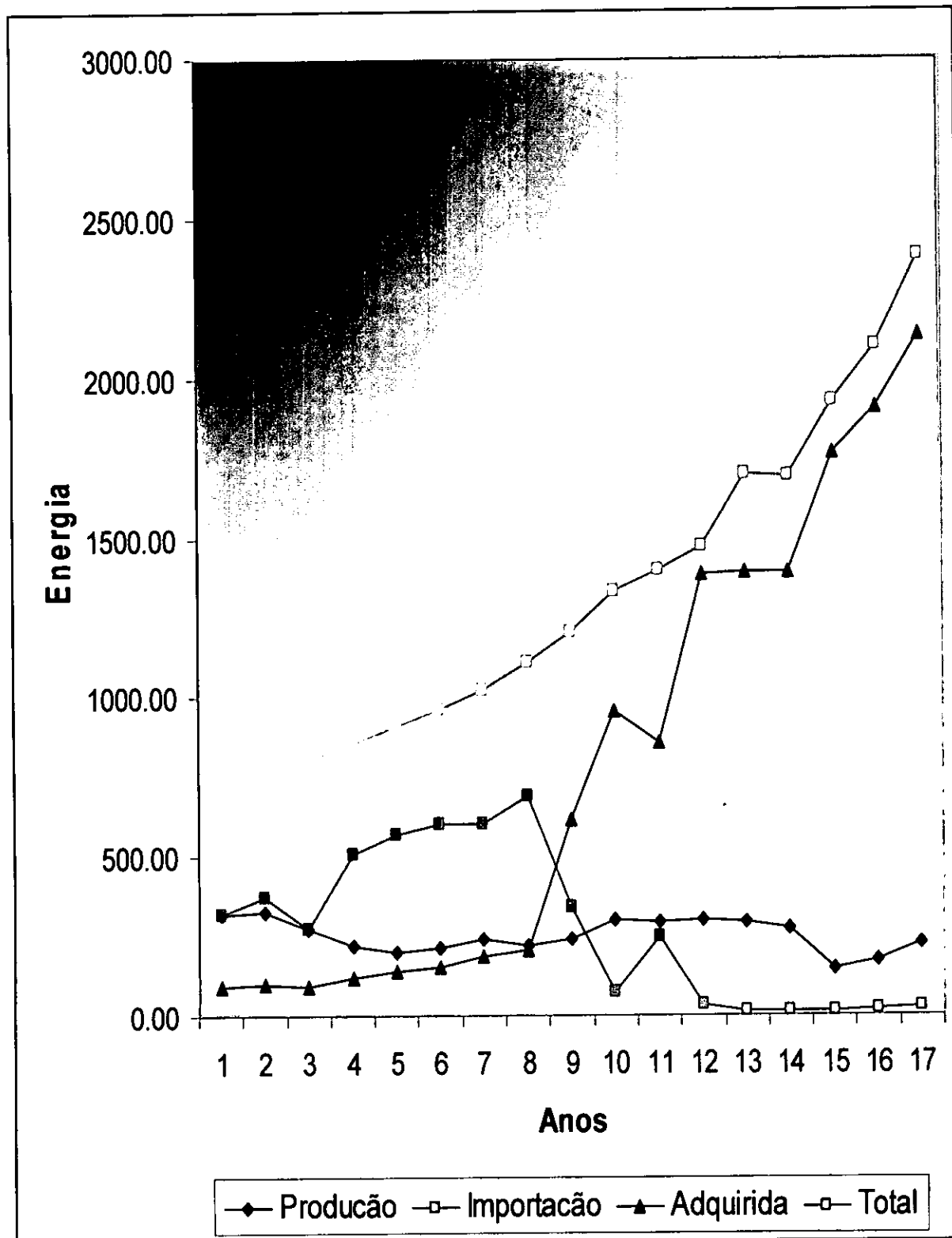
Fonte: <http://www.dm.co.mz/institucional/relatorios/2006>

Gráfico 1: *Evolução da Energia Exportada de 2003 a 2006*



Fonte: <http://www.dm.co.mz/institucional/relatorios/2006>

Gráfico 2: Energia facturada pela EDM nos últimos 17 anos



Fonte: <http://www.dm.co.mz/institucional/relatorios/2006>

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

Tabela 4: *Evolução da energia da EDM de 1990 à 2006 (kwh)*

Anos	Produção	Importação	Adquirida	Total
1990	322.10	321.80	94.20	738.10
1991	325.70	373.20	98.70	797.60
1992	273.80	273.80	95.00	805.10
1993	223.60	510.90	118.10	852.60
1994	200.40	566.90	141.00	908.30
1995	212.10	601.40	151.70	965.20
1996	238.80	598.60	185.50	1022.90
1997	219.00	686.00	207.10	1112.10
1998	243.80	343.00	615.30	1202.10
1999	302.80	72.80	952.50	1328.00
2000	296.20	244.70	854.00	1394.90
2001	300.40	33.00	1383.60	1472.20
2002	296.50	13.00	1386.60	1696.10
2003	276.60	13.00	1386.60	1693.10
2004	147.40	14.00	1762.00	1923.40
2005	173.20	19.20	1905.30	2097.70
2006	224.40	26.90	2130.30	2381.60

Fonte: <http://www.dm.co.mz/institucional/relatorios/2006>

Pode-se ver pelo gráfico 2 e a tabela 4, acima representados, que a produção nacional de energia eléctrica, de um modo geral, vem diminuindo ao longo dos anos, e o mesmo acontece com a importação de energia eléctrica.

Em 2006 a EDM teve um total de energia de 2381.6 Gwh, dos quais 2130 Gwh foram adquiridos á Hidroeléctrica de Cahora Bassa, 26.9 Gwh importados quer por via de fornecimentos em média tensão à algumas vilas fronteiriças e os restantes 224.4 Gwh foram resultantes da produção da própria empresa. Deste total de energia 1,239.1 Gwh foi para a

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

distribuidora sul, 426.9 Gwh para distribuidora centro, 217.4 Gwh para a distribuidora norte e os restantes 498.3 Gwh foram para a exportação.

Nota-se, um aumento considerável de energia adquirida, pois segundo o relatório de estatística da EDM de 2006, cerca de 89% do total de energia que a EDM obteve nesse ano era adquirida da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, o que faz com que o Total de energia aumente ao longo dos tempos. Por esse motivo a EDM vê uma necessidade urgente em aumentar a sua reserva de energia. Assim de acordo com o Sr. Engenheiro Sílvio Nurmahomed, a EDM pretende ser o maior accionista da hidroeléctrica de Mpanda Nkuwa (a ser construída) de forma a aumentar a sua produção de energia eléctrica.

3.2 Planos do Governo com relação a Electricidade em Moçambique

De acordo com o plano quinquenal do Governo 2005-2009, o governo concentrou e concentrará a sua acção na prossecução dos seguintes objectivos, no que diz respeito à energia eléctrica:

- Promover a construção de novas centrais termo e hidroeléctricas de Moatize, Mphanda Nkuwa, Alto Malema, Lurio e Massingir e a reabilitação das centrais hidroeléctricas de Mavuzi e Chicamba;

De acordo com o Jornal Notícias de 10 de Agosto de 2007 para além da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, cuja capacidade anual de produção é de 2.075 MW, o ministro da Energia, Salvador Namburete, indicou que outros projectos identificados incluem a Central Norte da HCB (com 1000MW), Lúrio (120 MW), Boroma (400MW) e Massingir (27 MW), que constituem um potencial de geração de energia de 14000MW. Além disso, ele apontou o potencial de recursos como o gás natural de que Moçambique dispõe, (Temane mais de 1000 MW) e central térmica em Moatize, com capacidade de 1000MW numa primeira fase.

Ainda segundo o ministro, a energia a ser produzida na barragem hidroeléctrica de Mpanda Nkuwa, na província de Tete, uma infra-estrutura com capacidade para produzir 1300 MW, não só será usada para o projecto intensivo de energia em Moçambique. O excedente será exportado para a região da SADC. A criação desta hidroeléctrica, permitirá realizar importantes investimentos no sector energético, a consolidação de diversos projectos

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

industriais, o desenvolvimento agro-industrial do vale do Zambeze e, através de todas essas vertentes, a expansão da comunidade empresarial moçambicana, visando, quer a consolidação das relações entre os Estados e os seus povos, quer o desenvolvimento económico de Moçambique.

Um exemplo concreto seria o fornecimento de energia eléctrica a Mozal que até a data é abastecida por energia importada da África do sul. Assim ao fornecer energia eléctrica a uma determinada empresa, esta poderia passar por vários pontos ao longo do percurso até chegar a empresa e assim estas regiões teriam energia, ao contrario do que a Mozal pretendia fazer, ou seja ter uma linha directa que daria a Mozal, uma vez que o seu tipo de actividades não permite falhas ou cortes de energia, pois tal acontecimento traria um grande prejuízo para a empresa.

- Reforçar a rede nacional de energia através da construção de novas linhas com destaque para as seguintes: 110Kv de Nampula a Pemba, 110Kv de Cuamba a Lichinga, 110Kv de Lichinga a Metangula, 220Kv de Chibata a Dondo, 110Kv de Manhiça a Macia, 400Kv de Songo a Nacala, 110Kv de Pemba-Montepuéz- Angoche, 110Kv de Alto Mulocué a Gile, 400Kv de Songo a Maputo;
- Dar continuidade ao progresso de reabilitação e electrificação das casas, melhorando o ritmo de expansão assim como a qualidade de fornecimento com prioridade para áreas urbanas e peri-urbanas;
- Prosseguir com o melhoramento do sistema de transporte de energia eléctrica em áreas prioritariamente seleccionadas;
- Desenvolver acções conducentes à implementação de projectos de geração de energia eléctrica, com base no aproveitamento do carvão, de queima de bagaço e energia hídrica com vista a satisfazer a procura a médio e longo prazos;

Um exemplo deste tipo de actividade é o que acontece na Jamaica, Maurícias, África do Sul e Brasil, em que a electricidade é gerada a partir das açucareiras, onde se utiliza o bagaço de cana.

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

De acordo com o site www.silcon.com.br/2007/09/06/sp, em meados dos anos 90, o sector açucareiro brasileiro já era auto-suficiente devido à cogeração que permite a produção simultânea de energia térmica e energia elétrica a partir do uso de um combustível convencional - gás natural, óleo combustível, diesel - ou mesmo o resíduo industrial como madeira, bagaço de cana, casca de arroz, entre outros.

Segundo o site www.encontrarbrasil.com.br/turismo7, José Goldenberg, presidente da Comissão de bioenergia do Brasil, explica que a usina de açúcar e álcool, é auto-suficiente em energia elétrica. Primeiro ela mói a cana para produzir o bagaço que será queimado na caldeira. O calor da combustão libera vapor de água que é direcionado ao gerador para produzir eletricidade. Depois, o mesmo vapor é redirecionado com uma pressão mais baixa para as turbinas acopladas às moendas, para obter energia mecânica e movimentá-las, tornando permanente o ciclo de energia.

- Prosseguir com os projecto de integração regional, nomeadamente: Moçambique-Malawi, Moçambique-Zimbabwe (construção da segunda linha) e Moçambique-Tanzania;
- Prosseguir a extensão do programa de electrificação rural, priorizando a ligação de mais distritos à rede nacional de energia;

Segundo o Sr. Sílvio Nurmahomend, tal tarefa não é fácil, pois, por exemplo foram investidos no distrito de Changara cerca de 70.000,00 Mt em energia eléctrica, em 2007 mas somente cerca de 70 pessoas procuraram fazer uso deste serviço, facto que dificulta a expansão de energia, pois a empresa estima que em tal região existem cerca de tantos habitantes mas ao colocar energia eléctrica menos de 1% da população procuram os serviços, e isto acontece devido a falta de capital que existe nas regiões rurais de Moçambique, o que faz com que a empresa e o Governo invista em fonte de energia renováveis. (anexo 2)

- Alargar o acesso à energia por parte das populações, em particular das áreas rurais com recurso a energias renováveis, nomeadamente a solar, a eólica e a hídrica;

Segundo o ministro Salvador Namburete, o Governo de Moçambique está a concentrar os seus esforços na identificação, desenvolvimento e uso de novas e renováveis fontes de

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

energia, particularmente os bio-combustíveis (bio-etanol, bio-diesel e bio-gás), sistema solar e energia eólica¹⁶.

- Prosseguir com esforços com vista a promover a expansão da rede de distribuição de combustíveis líquidos em particular o petróleo de iluminação, gasolina sem chumbo e gás de petróleo liquefeito.

Um dos principais objectivos do governo é a electrificação das zonas rurais como já foi acima mencionado, para tal envidavam esforços no sentido de existirem geradores de energia eléctrica em todos os distritos das províncias moçambicanas. Contudo, segundo o Engenheiro Sílvio Nurmahomed, verificou-se que tal procedimento não era rentável, pois nas zonas rurais não se conseguia combustível suficiente para abastecer os geradores, o que fazia com que a população só tivesse energia eléctrica uma parte do dia, como é o caso dos distritos de Chemba, Marromeu, dentre outros, na província de Sofala em a partir das 22 horas o gerador era desligado. Em outras regiões, quando já não houvesse combustível, a população ficava sem energia eléctrica até que houvesse combustível para abastecer o gerador. Por esse motivo, viu-se como solução instalar-se o sistema foto eléctrico, que apesar de ser muito mais caro, é mais eficiente e abastece os pontos vitais da região, como hospitais, escolas, bombas de água, etc.

3.3 A Gestão da EDM E.P.

De acordo com o Governo de Moçambique no Decreto de Criação e Estatutos da EDM E.P. de 1995, a gestão da EDM é conduzida pelo Estado que é o único accionista da empresa, tendo em conta a sua política económica e social materializada nos planos de actividade e contratos programas e segundo os princípios descritos na lei e nos estatutos que orientam a gestão das empresas públicas. Para isso terão que ser observados os seguintes princípios:

- Auto-suficiência económica e financeira, excepto quando o Estado por razões de ordem política imponha a pratica de preços abaixo do normal ou então fixa objectivos sociais que não são economicamente rentáveis para as empresas;
- Política de preços estabelecida pelo Estado caso a empresa detenha posição monopolista ou dominante no mercado;

¹⁶ *Jornal Noticias de 10 de Agosto de 2007*

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

- Política salarial que tenha em conta a situação salarial no mercado de trabalho nacional com objectivo de criar a harmonia social e a evolução dos salários na base produtiva;
- Assegurar o aumento constante de produtividade com minimização dos custos de produção;
- Equilíbrio económico na exploração e retorno de capital investido.

A Estrutura da EDM-E.P. organiza-se em quatro funções de comando em que há responsabilidade funcional e controlo directo entre os Administradores e os seus Pelouros. Com esta estrutura pretende-se assegurar a autonomia e descentralização operacionais necessárias a um funcionamento dinâmico.

A EDM como empresa pública que é, apresenta dois grandes objectivos distintos: por um lado tendo o Estado como único accionista, pretende alcançar objectivos sociais e, por outro, como empresa pretende gerar receitas suficientes para cobrir os seus custos de produção.

Os objectivos perseguidos pela EDM não são fáceis de ser alcançados, visto que a EDM não funciona unicamente com energia produzida pela própria empresa, ela tem de adquirir energia da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, e importa energia a um custo elevado da Escom, isto assim acontece porque existe um acordo entre os países da SADC, em que as zonas fronteiriças dos países membros usem a energia dos países vizinhos que possuam energia eléctrica, por exemplo fica mais barato para Moçambique importar energia do Zimbabwe (da Zesa – companhia eléctrica do Zimbabwe) para abastecer o distrito de Sussunsenga ou Machaze ao invés da EDM montar um gerador para cada distrito. Apesar deste tipo de atitude as receitas da EDM não são suficientes para cobrir os seus custos.

De acordo com o Economista Pedro Jossias Nguelema, um exemplo concreto deste tipo de situação, foram os custos que a EDM incorreu para poder electrificar a estrada nacional número 1, até Gaza, visto que a taxa de retorno que a empresa obtém é menor que zero. Face a esta situação, o Estado deveria subsidiar a empresa pois segundo o artigo 2 do Decreto de Criação e Estatutos da EDM (1995) “ sempre que a empresa pública seja forçada a praticar preços abaixo do normal, ou seja, obrigada a prosseguir objectivos sociais mas não

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

economicamente viáveis para a empresa, o Estado concederá um subsídio orçamental para compensar os custos não cobertos pelas receitas geradas internamente.”

Segundo o Sr. Sílvio Nurmahomed, funcionário do Gabinete de Planeamento na província de Tete, muito raras vezes o Estado subsidiou a EDM. Contudo e como acontece com outras empresas públicas, esta empresa consegue empréstimos tendo o Estado como garantia de pagamento. Apesar da EDM não ser usualmente subsidiada pelo Estado, este concedeu para o ano de 2007-2009 uma verba para projectos distritais. Para a província de Tete por exemplo, foram concedidos cerca de 30 milhões de Meticais.

As empresas públicas são assim geridas para que o Estado possa cumprir com as funções económicas e sociais tais como:

- Promover o bem estar e a qualidade de vida das pessoas bem como a igualdade real entre elas;
- Garantir o desenvolvimento do território nacional;
- Organizar, coordenar e subsidiar a segurança social e a solidariedade;
- Corrigir as desigualdades na distribuição da riqueza e do desenvolvimento;
- Eliminar as diferenças económicas e sociais entre o campo e a cidade (Sousa Franco, 1995).

Portanto o esforço da EDM E.P. tem sido não só a extensão dos benefícios de energia a um número cada vez maior de consumidores, mas também à produção e aquisição interna da HCB de uma proporção crescente de energia para as necessidades do país, que vem aumentando não só pelo aumento populacional como também pelo aparecimento de grandes empresas. A tabela 5 e o gráfico 3, abaixo representados, mostram a evolução do acesso à energia eléctrica em Moçambique de 2001 à 2006.

Segundo o presidente do conselho de administração da EDM E.P., Manuel Cuambe, citado pela revista “Cem Maiores Empresas de 2006” no site http://pagina_um.blogspot.com/2007/12/mocambique: Moçambique pretende aumentar o índice de electrificação do país de 8.2% em 2006 para 11.25% do nível de acesso à

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

electricidade pela população em 2009, verificando-se portanto uma evolução, contudo ainda mínima.

Gráfico 3: *Evolução do acesso à energia eléctrica (2001 – 2006)*

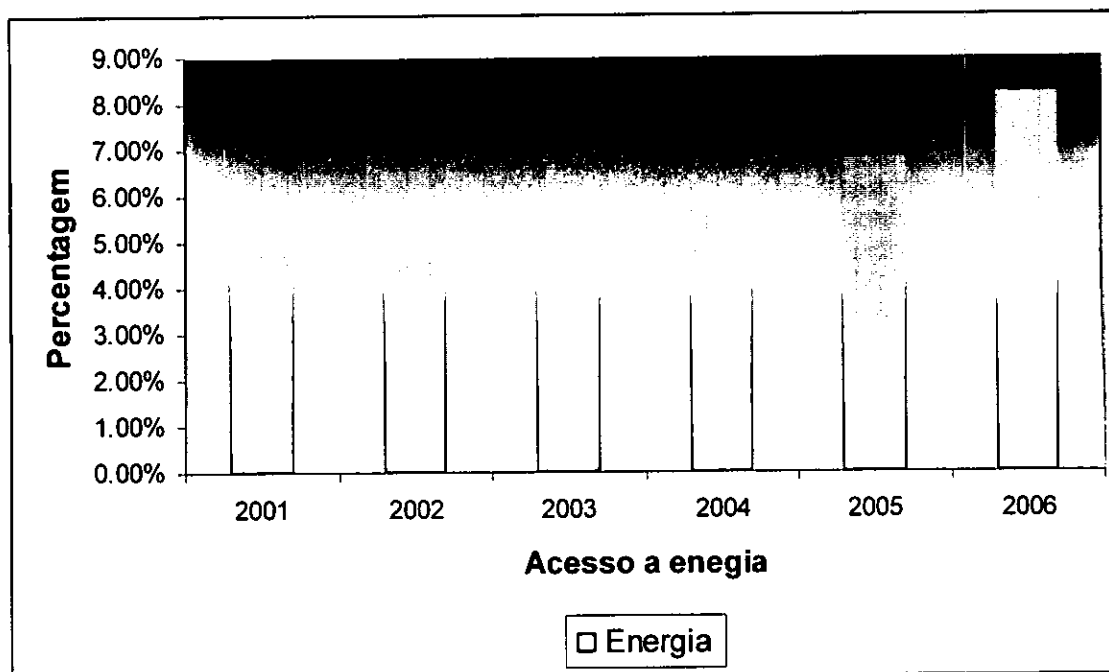


Tabela 5: *Evolução do Acesso à energia eléctrica (2001 – 2006)*

Anos	Energia
2001	4.90%
2002	4.70%
2003	5.30%
2004	5.80%
2005	6.80%
2006	8.20%

Fonte: <http://www.dm.co.mz/institucional/relatorios/2006>

A empresa apresenta ainda dificuldades no abastecimento de energia eléctrica, principalmente às grandes empresas. Segundo o engenheiro Sílvio Nurmahomend, o projecto de areia pesadas de Chibuto, na província de Gaza, por exemplo, não se desenvolveu como o previsto devido a fraca capacidade da EDM fornecer energia a estes projectos, este é um exemplo de vários outros. Ao conseguir fornecer energia eléctrica às grandes empresas, a EDM terá lucros que poderão ser redistribuídos pelo país e assim abranger as zonas carentes.

3.4 Zonas em Moçambique com energia eléctrica

3.4.1 Projectos em curso para a electrificação das sedes distritais

Moçambique tem 128 distritos dos quais, até Dezembro de 2006, apenas 59 sedes distritais do país estavam ligadas à rede pública de distribuição de energia eléctrica. No entanto, apesar disso, algumas sedes distritais e localidades utilizam meios alternativos de produção, normalmente movidos com base em combustíveis líquidos. Dentre eles destacam-se os seguintes: Memba, Nacala, Monapo, Mossuru, Meconta, Nampula, Magovolas, Angoche, Ribaué, Malema, Cuamba, Gurué, Alto Molocué, Nicoadala, Quelinane, Mopeia, Cahora Bassa, Moatize, Tete, Mutarara, Bárue, Manica, Gorongoza, Gondola, Ssunsundenga, Nhamatanda, Dondo, Buzi, Beira, Homoine, Maxixe, Jangama, Inharrime, Zavala, Guijá, Chibuto, Chokwé, Magude, Mandlakaze, Xai-xai, Bilene, Manhiça, Moamba, Marracuene, Boane, Namaacha, Maputo, Matutuine, Mandimba, Milange, Angonia, Mossurize, Lago, lichinga, Pemba, Maganja da Costa, Inhassunge, Inhassoro e Vilanculos (Relatório de Estatística da EDM, 2006, www.govnet.gog.mz/noticias/Dezembro2006).

Estão em processo de electrificação os distritos de: Montepuez, Ancuanbe; Chiure, Namapa, Erati, Muecate, Murrupula, Massingir, Mecuburi, Gilé, Moma, Marromeu, Magoe, Massingir, Morrumbene, Panda (Relatório de Estatística da EDM, 2006).

Para 2008, pretende-se electrificar os distritos de: Pebane, Tsangano, Zumbo, Changara, Guro, Caia e Cheringoma (Relatório de Estatística da EDM, 2006). O distrito de Caia é uma excepção na electrificação feita pela EDM, visto que este distrito já possui energia eléctrica apesar da electrificação desde distrito estar prevista para 2008, tal facto pode estar associado a construção da Caia - Chimuara.

Em 2009: Palma, Nangade, Mueda, Mocimboa da praia, Muidumbé, Macomia, Meluco, Quissanga, Marrupa, Maua, Metarica, Mecanhelas, Chifunde, Maravia, Macanga, Chiuta, Chibabava, Mabalane (Relatório de Estatística da EDM, 2006).

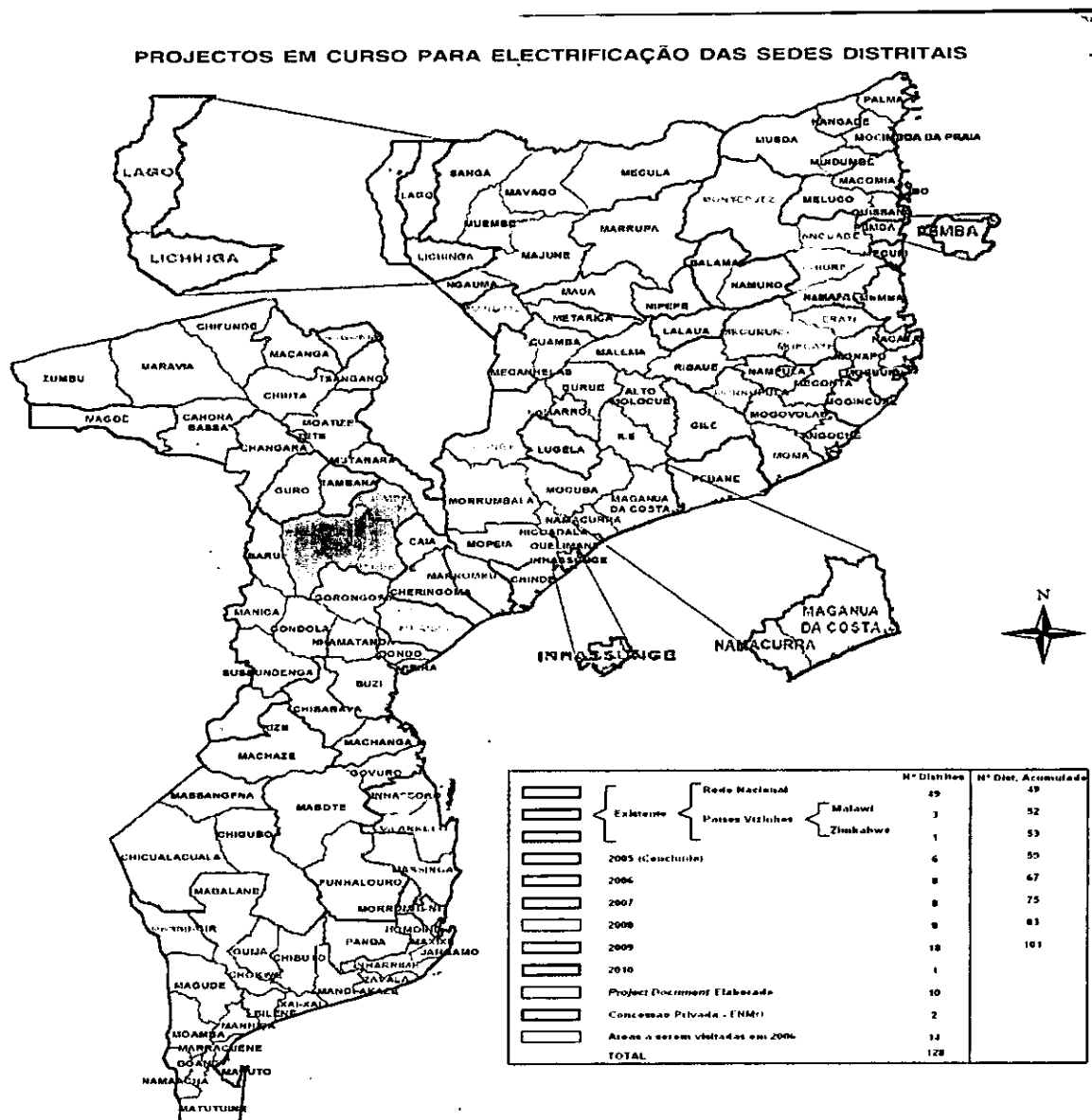
As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

Em 2010: Montepuez, Ancuabe, Chiure, Namapa, Érati, Muete, Murrupula, Chemba, Macossa, Marringue, Muanza, Massingir (Relatório de Estatística da EDM, 2006).

Existem ainda cerca de 14 distritos a serem visitados pela EDM, para desse modo se preparar o projecto de electrificação dos mesmos (Relatório de Estatística da EDM, 2006).

Pode-se ver no mapa abaixo representado, o projecto de electrificação dos distritos:

Mapa 3: Projectos para electrificação das sedes distritais até 2010



Fonte: EDM, Unidade de Gestão de Desempenho Empresarial. Relatório de Estatística - 2004. Maputo, 2005.

3.5 Política de preços seguida pela EDM

Os preços de venda da energia eléctrica são fixados e aprovados em Conselho de Ministro e publicados em diploma legal. As tarifas fixadas são periodicamente actualizadas com base no estabelecido no artigo número 1 do sistema tarifário de vendas de energia eléctrica.

Segundo o economista da EDM Pedro Jossias Nguelema, a EDM para atingir as suas funções sociais divide os consumidores por níveis de tensão onde se podem encontrar os pequenos e grandes consumidores, e por classes de tarifas: agrícola, social, doméstica, geral ou baixa tensão e média/alta tensão.

- A tarifa agrícola é direccionada aos agricultores. É uma forma se incentivar o uso de energia eléctrica pelos agricultores de modo a desenvolver a sua actividade e aumentar a produção, criada em 2003.
- A tarifa social, é direccionada aos mais desfavorecidos, nesta tarifa não se cobra nenhuma taxa extra, somente se paga pelo consumo de energia.
- A tarifa domestica, é direccionada a população em geral.
- A tarifa geral ou de baixa tensão, é direccionada aos comerciantes.
- A tarifa de média/alta tensão é direccionada ás grandes empresas e indústrias ou seja aos grandes consumidores, que englobam as empresas como Telecomunicações de Moçambique, Água Rural e empresas moageiras como a Mobeira por exemplo.

Ainda de acordo com o Economista Pedro Jossias Nguelema, para que haja igualdade na distribuição de energia, ou seja, para que a maior parte da população tenha acesso a esse precioso bem, esta empresa utiliza o sistema de **subsídio cruzado** em que os grandes consumidores pagam muito mais do que os pequenos consumidores para compensar as perdas.

Segundo o Engenheiro Sílvio Nurmahomed, a redistribuição de energia eléctrica é feita a nível nacional. Assim as zonas que mais deram maior lucro a empresa em 2006 e 2007 foram as regiões de Maputo, Matola e Nampula, que apresentam maior concentração de indústrias.

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

Os lucros e os custos de energia eléctrica da EDM, são enviados para a sede em Maputo, e é a partir da sede que é feito o planeamento e a redistribuição da verba destinada a energia para as diversas regiões do país, de modo que a energia eléctrica abranja um número maior da população. Isto assim acontece porque em maior parte da regiões do país, os custos são maiores que os lucros, e portanto o maior bolo do lucro que provem das regiões de Maputo, Matola e Nampula são redistribuídos para outras regiões do país.

A partir da tabela 6 abaixo, pode-se observar que os grandes consumidores (os que mais energia consomem) identificam-se a partir do seu consumo de energia. A medida que o consumo aumenta, o preço a pagar por kwh também aumenta. Consumindo a mesma quantidade de energia, por exemplo de 0 a 35 kwh o pequeno consumidor, ou seja o consumidor doméstico paga 0.93mt, enquanto que os grandes consumidores pagam 1,2mt. A tabela 6, também mostra ainda que, a medida que as quantidades consumidas aumentam, a disparidade nos preços a pagar entre os dois grupos torna-se maior. Todos os consumidores para além do que pagam pelo consumo pagam ainda a taxa fixa (uma taxa de 54,9 Mt que é igual para todos independentemente de ser pequeno ou grande consumidor), taxa essa cobrada para cobrir os custos básicos tais como: possuir um contador, estar inscrito como consumidor, etc.

Tabela 6: *Tarifa doméstica e geral (Baixa Tensão)*

Consumos registados [kwh]	Preço de venda doméstico [Mt/kwh]	Preço de venda geral [Mt/kwh]	Taxa fixa
De 0 a 35	0,93	1,2	54,9
De 86 a 165	1,7	2,2	54,9
De 166 a 330	1,99	2,58	54,9
De 331 a 495	2,18	2,84	54,9
De 496 a 990	2,2	2,86	54,9
De 991 a 1485	2,31	2,99	54,9
De 1486 a 1980	2,37	3,08	54,9
De 1881 a 2475	2,39	3,11	54,9
superior a 2476	2,47	3,22	54,9

Fonte: EDM, tabela de políticas tarifárias. 2003

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

Tabela 7: Tarifa Social, Doméstica, Agrícola e Geral (Baixa Tensão)

TARIFA SOCIAL, DOMÉSTICA, AGRÍCOLA E GERAL (BAIXA TENSÃO)					
Consumos	PREÇO DE VENDA				Taxa Fixa
Registados	Tarifa Social	Tarifa Doméstica	Tarifa Agrícola	Tarifa Geral	[MT]
KWh	MT/KWh	MT/KWh	MT/KWh	MT/KWh	
De 0 a 100	882				-
De 0 a 200		1,919	1,933	2,149	61,800
De 201 a 500		2,557	2,762	3,069	61,800
Superior a 500		2,686	3,022	3,658	61,800
PRÉ-PAGAMENTO	882	2,446	2,691	3,083	

Fonte: EDM, UGDEL. *Relatório de Estatística - 2004. Maputo, 2005, pp 41.*

Tabela 8: Grandes Consumidores de Baixa,, Média e Alta Tensão

Grandes Consumidores de Baixa Tensão,, Média e Alta Tensão			
Categoria de Consumidores	Preço de Venda		Taxa Fixa
	Energia MT/KWh	Potencia MT/KWh	[MT]
Grandes Consumidores de Baixa Tensão (GCBT)	1,203	92,504	180,960
Média Tensão (MT)	999	103,540	849,408
Alta Tensão (AT)	891	114,048	849,408

Fonte: EDM, UGDEL. *Relatório de Estatística - 2004. Maputo, 2005, pp 41*

As tabelas 7 e 8 mostram de uma forma mais detalhada, a distribuição dos preços pelas diferentes categorias de consumidores. Pode-se ver na tabela 7 que a tarifa social é aplicada somente para os consumidores com um rendimento muito baixo e que são facilmente identificáveis porque o seu consumo é muito reduzido, visto possuírem normalmente algumas lâmpadas e quase que nenhum electrodoméstico. Normalmente o consumo das pessoas que pagam esta tarifa é fixo e pagam somente 1,101mt/kwh ao consumirem de 0 a 100 kw/h¹⁷ e não pagam a taxa fixa. Esta empresa segue esta política para que todo o cidadão possa ter acesso a electricidade, pagando de acordo com aquilo que é o seu rendimento e consumo.

¹⁷Fonte: EDM, tabela de políticas tarifárias.2004

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

Apesar da EDM E.P. ter criado em 2003 a tarifa agrícola com vista a promover o desenvolvimento rural, é importante dizer que a população que vive na zona rural não tem condições para pagar o consumo de energia eléctrica, pois a circulação da moeda é feita em pequena escala (ainda se usa em certas zonas, a troca de produto por produto) e o sistema bancário é deficitário. Todos estes inconvenientes fizeram com que até 2004 a EDM só tenha registado cerca de 71 clientes que beneficiassem da tarifa agrícola (veja tabela 1, pg. 16).¹⁸

Tabela 9: Tarifas para o sistema pré-pagamento

Corrente [amp]	Preço de venda doméstico [mt/kwh]	Preço de venda geral [mt/kwh]
10	1.379	1.793
30	1.490	1.936
45	1.608	2.092
60	1.737	2.258
75	1.876	2.44
>75	2.026	2.634

Fonte: EDM, tabela de políticas tarifárias 2003

O sistema pré-pago, mais conhecido por Credilec foi recentemente implementado e ainda não foi expandido para todas as zonas do país. É um sistema que não se traduz na geração de avultadas receitas para a EDM E.P., mas sim em custos porque cada cliente pode controlar o que consome, chegando muitas vezes a reduzir o consumo para poder pagar menos. Para o consumidor este sistema pode ser considerado como o mais viável, pois ele pode controlar o que consome, mas para a EDM E.P. este serviço não é muito rentável devido aos custos de instalação que acarreta, as baixas tarifas cobradas e a inexistência de controle por parte da empresa do quanto os seus consumidores consomem.

Analisando a tabela 9, podemos concluir que as tarifas cobradas são ligeiramente superiores as tarifas domésticas (apresentadas na tabela 7), por ser um serviço com custos mais elevados. A medida que o consumo aumenta, a tarifa cobrada também aumenta.

Nesse caso também se verifica o subsídio cruzado porque os grandes consumidores pagam mais do que os pequenos consumidores. Ao pagarem mais os grandes consumidores

¹⁸ Relatório de Estatística 2004 – EDM- UGDE

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

compensam as perdas que a empresa enfrenta por cobrar tarifas baixas aos pequenos consumidores.

Esta política de preços é ainda seguida pela EDM E.P. visto que esta não tem autonomia suficiente para fixar as tarifas a serem aplicadas no mercado que teriam em vista não somente o alcance de objectivos sociais, mas também estabilidade financeira da empresa.

A empresa através do conselho de administração tem de fazer uma proposta para a regulamentação das tarifas a serem aplicadas, ao Ministério de Energia que é o órgão com autonomia para aprová-las. As tarifas são alteradas sempre que ocorram mudanças significativas no mercado como por exemplo a inflação, a desvalorização da moeda, etc. É desde modo que em 1 de Fevereiro de 2006, o preço de consumo de energia eléctrica foi ajustado conforme se segue:

Tabela 10: *Tarifa Social, Doméstica, Agrícola e Geral (Baixa Tensão)*

Tarifa Social, Doméstica, Agrícola e Geral (Baixa Tensão)					
Consumos	Preço de Venda				Taxa Fixa
Registados	Tarifa Social	Tarifa Doméstica	Tarifa Agrícola	Tarifa Geral	[MT]
KWh	MT/KWh	MT/KWh	MT/KWh	MT/KWh	
De 0 a 100	1,010				-
De 0 a 200		2,198	2,215	2,462	70,797
De 201 a 500		2,929	3,164	3,516	70,797
Superior a 500		3,077	3,462	3,847	70,797
PRÉ-PAGAMENTO	1,010	2,802	3,083	3,532	

Fonte: EDM, UGDEI. *Relatório de Estatística - 2006. Maputo, 2007.*

Tabela 11: Grandes Consumidores de Baixa Tensão, Média e Alta Tensão

Grandes Consumidores de Baixa Tensão, Média e Alta Tensão			
Categoria de Consumidores	PREÇO DE VENDA		Taxa Fixa
	Potência MT/KWh	Energia MT/KWh	[MT]
Grandes Consumidores de BT (GCBT)	1,378	105,973	207,308
Média Tensão (MT)	1,144	118,615	973,079
Alta Tensão (AT)	1,020	130,654	973,079

Fonte: EDM, UGDEI. Relatório de Estatística - 2006. Maputo, 2007.

Sempre que a EDM E.P. necessita de financiamento para por em curso os seus investimentos, esta recorre a empréstimos a Banca nacional ou internacional tendo que pagar ao fim do período estipulado no contrato o valor inicial acrescido de juros. Todos os investimentos realizados pela EDM E.P devem integrar-se no plano de investimentos públicos traçados pelo Estado e aprovados pelo Ministério de Finanças.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE DO TRADE OFF ENTRE A EFICIÊNCIA E A EQUIDADE

Coloca-se aqui uma questão importante a ser analisada, relacionada com o *trade off* entre a eficiência e a equidade para a empresa.

4.1 Análise do ponto de vista da empresa

De acordo com o Varian (2002), a quantidade de produção eficiente no sentido de Pareto ocorre num sector quando o preço se iguala ao custo marginal. O monopolista¹⁹ por outro lado produz onde a receita marginal (e não o preço) se iguala ao custo marginal e portanto produz muito pouco.

Pode parecer que regular um monopólio para eliminar a ineficiência seja muito fácil (tudo que o regulador, neste caso o Estado, teria a fazer era igualar o custo marginal ao preço), esta análise pode deixar de fora um aspecto importante que é o facto do monopolista obter um lucro negativo a esse preço. Este tipo de situação costuma ocorrer com serviços públicos como é o caso da Electricidade de Moçambique, em que a tecnologia usada envolve custos fixos muito elevados (a criação e a manutenção que a canalização de energia envolve e a instalação de fios) e o custo marginal é muito baixo para oferecer unidades adicionais de energia, pois a tecnologia já esta instalada.

Como já se havia dito no paragrafo anterior, a EDM E.P. como empresa pública que é, apresenta dois grandes objectivos distintos: por um lado tendo o Estado como accionista maioritário pretende alcançar objectivos sociais e por outro como um empresa pretende gerar receitas suficientes para cobrir os seus custos de produção. Ao tentar alcançar a equidade a empresa não esta utilizando eficientemente os recursos de que dispõe e que tornariam a empresa mais atractiva e rentável.

¹⁹ A EDM é um monopólio natural

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

Perseguindo políticas traçadas pelo Governo, a EDM E.P. pratica preços/ tarifas baixas, tarifas essas que não conseguem cobrir os seus custos internos. Por esse motivo em 1 de Maio de 2003 as tarifas da EDM foram ajustadas com vista a minimizar o défice acumulado pela empresa com encargos de produção, transporte e distribuição.

Visto que a maior parte dos consumidores são domésticos, as tarifas por eles pagas são inferiores as que seriam pagas pelos grandes consumidores. Os grandes consumidores seriam nesse caso as grandes empresas como as Telecomunicações de Moçambique, Águas de Moçambique, a Sazol e a Mozal. Segundo o economista da EDM E.P. Pedro J. Nguelema, com um consumidor com a capacidade de consumo da Mozal a empresa teria a maior parte dos seus problemas resolvidos, mas por causa da sua fraca competitividade causada pela deficiência dos serviços prestados (podem verificar-se cortes constantes de energia). A Mozal, por exemplo, rejeitou os serviços da EDM, porque esta empresa pelo tipo de actividade que realiza não pode ficar sem energia senão incorrerá em custos e prejuízos muito elevados, e a EDM não teria como compensar tais prejuízos.

Para se solucionar problemas como da Mozal, foi criada uma empresa a *Motraco* que é uma associação de três empresas nomeadamente a Escom (sul Africana), a Seb igualmente Sul Africana e a EDM todas elas com 33% do capital social. A energia é essencialmente fornecida pelas empresas Sul Africanas, a Escom e a Seb que usam as linhas da EDM para que a corrente chegue ao consumidor que é neste caso a Mozal. A EDM consegue tirar algum benefício através da prestação de serviços de manutenção das linhas e acessória. A fraca competitividade da EDM face as empresas Sul Africanas fez com que a empresa perdesse um potencial cliente e com uma capacidade de consumo bastante elevada.

Este problema seria solucionado se a empresa tivesse autonomia suficiente para fixar as tarifas a serem cobradas, que teriam como meta não só o alcance de políticas sociais mas também a estabilidade financeira, o que permitiria a melhoria dos serviços prestados por um lado e o alcance da equidade por outro.

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

Este objectivo poderia ser alcançado se se chegasse a um acordo entre a empresa e o governo, em que a empresa passaria a fixar as tarifas sob controle do Governo para que não faltasse energia a população, ou seja, para que todos tivessem acesso a energia. Assim a empresa poderia criar sistemas de abastecimento de energia alternativos e eficientes, para as populações com menos recursos, como por exemplo o fornecimento de energia solar e de outros tipos de fornecimento de energia alternativa. Isto porque a partir do momento em que fosse a EDM a fixar as tarifas só iria consumir energia quem tivesse possibilidades para o fazer, ou seja, os singulares com um rendimento elevado e as grandes empresas.

Sem a implementação dessa política de compensação haveria uma desigualdade na distribuição da energia que iria contra os objectivos do governo que é o de fazer com que toda a população tenha acesso aos serviços básicos. Estariam assim resolvidos os dois problemas, toda a população teria acesso a energia e a empresa estaria a praticar tarifas e a arrecadar receitas que fossem suficientes para cobrir as suas despesas tornando-se assim mais competitiva, mas sempre com o Estado por perto para evitar que se cometam injustiças.

4.2 Do ponto de vista do consumidor

Seria complicado se fosse o sistema privado a controlar o fornecimento de serviços básicos como saúde, educação e energia, visto que as empresas privadas não iriam providenciá-los em níveis suficientes, com preços acessíveis e desejáveis pela população. Se o Governo passasse o controle do fornecimento de energia a EDM, só passaria a ter acesso a esses serviços quem pudesse pagar por eles. Quem não pudesse pagar perderia a oportunidade de poder ter acesso a energia. Passaria a haver assim uma grande disparidade no consumo, o que contribuiria para aumentar os índices de pobreza e desigualdade no país.

Para se evitar esse problema, ou o Governo continua a criar condições para que se produzam bens públicos ou esses serviços poderiam ser oferecidos pelo sector privado em parceria com o Governo, que teria o papel de regulador para que as suas políticas sociais fossem alcançadas.

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

Ao traçar políticas sociais destinadas a provisão de serviços, o Governo está demonstrando a sua responsabilidade para o fornecimento desses mesmos serviços, como forma de reduzir as desigualdades sociais bem como a pobreza, isto porque esses serviços são fundamentais e a que toda a população deve ter acesso.

Para isso é necessário que o Governo em colaboração com o sector privado ou com a liberalização da gestão do sector público, comunidade e parceiros internacionais, possa criar condições para a realização das suas políticas.

CAPÍTULO V – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1 Conclusões

Do estudo sobre as Empresas Públicas na Promoção de bens públicos, no caso concreto da EDM E.P., pode-se tirar as seguintes ilações:

- Esta empresa pública existe porque o mercado não produz uma justa repartição do rendimento, o que quer dizer quem nem todos possuem meios para pagar pelo consumo de energia de igual maneira. Existem indivíduos que podem pagar mais pelo consumo deste serviço e outros que pagam menos ou preferem não consumir para não pagar devido a falta de condições monetária.
- No fornecimento de energia eléctrica verifica-se que os sistemas convencionais de fornecimento de energia eléctrica, desenvolvidos através de unidades de produção e distribuição e altamente centralizados, nem sempre são a melhor opção para satisfazer as necessidades do sector rural. Isto se deve, em parte, ao alto nível de dispersão das populações das zonas rurais e às baixas demandas de energia, já que as actividades económicas dessas populações, em geral, são muito reduzidas.
- A dificuldade de acesso às comunidades afastadas, o tamanho das propriedades e a baixa renda familiar também contribuem para que seja técnico e economicamente inviável disponibilizar electricidade por meio da extensão da rede eléctrica. O custo da geração de energia eléctrica para o sector rural, através de métodos convencionais é elevado, pois, o transporte e a distribuição acabam se tornando mais dispendiosos do que a própria geração.
- O Estado, tem cumprido o seu papel na promoção de energia eléctrica, visto que junto com a EDM E.P., tem buscado fontes alternativas de energia para as zonas rurais e assim verificar-se um aumento do número de pessoas com acesso a energia eléctrica.

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

- A EDM E.P. apesar dos custos que tem acarretado com a electrificação, tem conseguido alcançar os seus objectivos de electrificação do país, e para minimizar os seus custos tem vários projectos para criação de novas fontes de energia eléctrica, como é o caso da construção da hidroeléctrica de Mpanda Nkuwa.

5.2 Recomendações

Fornecer bens públicos para toda a população moçambicana passa por tentar resolver os problemas sócio-económicos que o país enfrenta, de modo a elevar-se o nível da economia e através de políticas adequadas providenciar o bem estar da sociedade, como sendo:

- Criar um sector competitivo onde as empresas públicas pudessem operar, por exemplo o oligopólio.
- O Governo e a EDM E.P., poderiam em conjunto criarem políticas viáveis para a electrificação do país. No que diz respeito ao fornecimento de energia eléctrica, outras opções podem ser consideradas, como a utilização de recursos energéticos renováveis, que oferecem o uso da mão de obra local, não degradam o meio ambiente e facilitam a produção económica útil em pequena escala.
- Se o Governo e a EDM E.P. não consegue trazer electricidade às zonas rurais, estes podem pelo menos ajudar às populações a produzi-la, para tal é preciso que estabelecer mecanismos de apoio como crédito, empréstimos ou subsídios.

Para isso será necessário que se tomem as seguintes medidas:

I. Como o Estado sendo o accionista maioritário da EDM E.P. não consegue por si só sustentar os custos da empresa, ele deveria possuir um menor número de acções possíveis, o que aumentaria o número de accionistas privados e estes como tem por objectivo principal o lucro (na maior parte das vezes), trabalhariam nesse sentido e assim a empresa se tornaria mais eficiente;

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

2. Melhorar a qualidade dos seus serviços (evitando por exemplo os cortes de energia eléctrica) de modo a tornar-se mais competitiva e conquistar grandes consumidores como a Mozal. Aqui há que ter em conta o combate aos roubos de cabos e material que auxilia o transporte e distribuição de energia eléctrica.

BIBLIOGRAFIA

Coughlin, P. e Langa, J. 1997. Claro e Directo: Como escrever um Ensaio. Maputo: Instituto Nacional do Livro e Disco.

EDM E.P..2004. Relatório de Contas – 2003. Maputo.

EDM, Unidade de Gestão de Desempenho Empresarial. 2005. Relatório de Estatística - 2004. Maputo.

Franco, Sousa A, 1995. Finanças Públicas e Direito Financeiro. Editora Coimbra.

Gil, A. 2002. Técnicas de pesquisa em Economia e Elaboração de Monografias. 4ª Edição. São Paulo: Editora Atlas.

Governo de Moçambique. Decreto de Criação e Estatutos da EDM, 17 de Julho de 1995.

Jornal Correio da manhã de 29/05/07, pp 1

Mankiw, G. 1996. Macroeconomia. 3ª Edição. Portugal: LTC Editora

Mazula, Brazão et al. 1995. Moçambique, Eleições, Democracia e desenvolvimento. Maputo.

Rosseti, J.P. 1991. Introdução à Economia. 15ª Edição. São Paulo: Editora Atlas s.a.

Samuelson, P. Nordhaus, W. 1999. Economia. Editora: McGraw-Hill, Lisboa.

Varian, H. 2002. Microeconomia. Princípios Básicos. 6ªed. Editora: Campus.

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

Entrevistas:

Senhor Pedro Jossias Nguelema em 25/4/2007 - Economista da EDM- Maputo.

Senhora Salomé Pinto em 05/11/07 – Funcionária da EDM – Maputo

Engenheiro Silvio Romeu Nurmahomed em 6/01/08 – Funcionário do Gabinete de Planeamento da EDM -Tete

Email:

<http://www.govnet.gog.mz/noticias/Dezembro2006> - 13/12/2007

<http://www.vozdipovo-online/conteudos/idh2006> - 13/12/2007

www.edm.co.mz/servicos - 15/12/2007

www.mol.co.mz – 15/12/2007

<http://data.bases.sardc.net> – 16/12/2007

<http://en.wikipedia.org> – 16/12/2007

<http://www.edm.co.mz/institucional/relatorios/2005> - 20/12/2007

<http://www.dm.co.mz/institucional/relatorios/2006> - 20/12/2007

<http://www.silcon.com.br/2007/09/06/sp-incentiva-geracao-de-energia-com-bagaco-da-cana/> - 15/1/2008

<http://www.mirex.gv.ao/sadc/economia.htm> - 15/1/2008

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

<http://anteromanuel.blog.simplesnet.pt/archive/010775.html> - 17/1/2008

<http://www.encontrarbrasil.com.br/turismo7.htm> - 20/1/2008

<http://www.mirex.gv.ao/sadc/africadosul.htm> - 20/1/2008

<http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/agricultura/janeiro2008> - 13/2/2008

http://Ujf.b/novo_site_permite_visao_nocturna_do_mundo - 3/3/2008

<http://eoipotugues.blogspot.com/2006> - 3/3/2008

<http://www.zabemzia.co.mz/content> - 3/3/2008

http://pagina_um.blogspot.com/2007/12/mocambique - 3/3/2008

<http://europaboulevard.wordpress.com/2007/04> - 3/3/2008

http://www.instec.cu/e_books/livros/rq/enfir - 3/3/2008

<http://www.oecd.org/dataoecd> - 4/3/2008

ANEXOS

Anexo 1: Demonstração de resultados em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 (Meticais) e

Balanco em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 (Meticais)

1. Demonstração de resultados em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 (Meticais)

	2006	2005
Proveitos:		
Vendas de mercadoria	67.038.742	43.111.364
Prestações de Serviço	3.074.893.736	2.620.132.875
Outros proveitos	86.624.224	85.957.284
	3.228.556.702	2.749.201.523
Custos:		
Custos de mercadoria consumida	806.324.294	600.614.911
Remunerações aos trabalhadores	701.345.460	576.802.813
Fornecimento de terceiros	123.930.676	115.307.286
Serviço de terceiros	275.559.287	263.652.698
Impostos e Taxas	24.865.715	5.354.242
Amortizações do exercício	806.088.261	740.736.467
Outros Custos	206.548.065	184.733.984
Provisões do exercício	155.510.685	151.281.202
	3.100.629.433	2.638.496.605
Resultados operacionais	110.714.918	127.927.269
Resultados financeiros	(147.418.533)	(218.208.170)
Resultados Extraordinários	(25.987.795)	(23.294.203)
Resultados de Exercícios anteriores	(8.726.626)	(155.224.730)
Imposto sobre o rendimento	(15.977.003)	-----

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

Resultado Líquido (70.182.689) (156.224.730)

2. Balanço em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 (Meticais)

	2006	2005
Activo Corrente:		
Caixa e Bancos	1.415.718.886	998.824.071
Consumidores	456.242.461	504.715.119
Devedores – Estado	33.788.379	5.104.211
Devedores – Trabalhadores	50.386.491	44.646.981
Títulos negociáveis	8.188.490	8.423.600
Outros Devedores	47.033.276	28.591.724
Antecipações activas	400.472.301	268.123.091
Meios circulantes materiais	553.170.078	590.939.995
	2.968.00.361	2.429.368.792
Passivo corrente:		
Créditos Bancários	882.302.315	202.212.329
Fornecedores	874.852.830	723.554.684
Credores – Estado	84.178.895	113.744.978
Credores – Trabalhadores	8.603.689	3.542.868
Credores diversos	145.001.608	88.463.996
Antecipações activas	535.641.487	468.857.721
	2.530.580.824	3.420.376.486
Passivo corrente líquido	437.411.537	(991.007.697)
Imobilizações Financeiras	196.252.199	176.760.606
Imobilizações Corpóreas	6.665.348.506	6.431.830.358
Imobilizações Incorpóreas	1.942.913.474	2.008.269.554
Imobilizações em Curso	880.860.905	314.506.984
	9.675.375.84	8.931.367.502
	10.112.794.621	7.940.359.808
Passivo de Médio e Longo Prazo:		
Créditos Bancários	4.386.958.876	5.022.985.657
Credores – Cauções	146.680.239	125.831.149

As Empresas Públicas na Promoção de Bens Públicos: o caso da Electricidade de Moçambique

Credores diversos	70.806.782	67.442.698
Antecipações passivas	1.114.451.538	830.886.812
Capitais Próprios:		
Capital	3.005.708.950	4.348.843.564
Fundo Social para Trabalhadores	3.393.369	3.393.369
Reservas de Reavaliação	1.702.660.262	1.702.660.262
Outras reservas	81.998.931	81.998.331
Resultados transitados	(329.671.634)	(174.446.904)
Resultados Líquido do Exercício	(70.182.689)	(155.224.730)
	4.393.897.189	1.893.214.492
	10.112.794.621	7.940.359.808

Fonte: <http://www.govnet.gog.mz/noticias/Dezembro2006>

Anexo 2: Perguntas efectuadas na entrevista

- 1) O que é a EDM?
- 2) Qual é a principal função da empresa?
- 3) Qual é a relação que a EDM tem com o Estado e como é que esta é feita?
- 4) O Estado impõe algo a empresa na formulação das suas políticas internas de gestão? Se sim, em que âmbito e qual é o impacto dessa imposição tanto para a empresa como para a sociedade?
- 5) Porque é que para certos clientes os preços são mais elevados relativamente aos outros?
Qual é o critério utilizado para a atribuição dos preços?
- 6) O que é que a EDM faz para que haja justiça na distribuição de energia, tendo em conta os mais desfavorecidos?
- 7) O que fazer para melhorar a situação da EDM como Empresa Pública?